

## **A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE MULHERES A PARTIR DA ORGANIZAÇÃO DOS SEUS ARQUIVOS PESSOAIS**

**Talita Gouvêa Basso**

Ali, em meio a aparente desordem sobre a mesa do escritório, encontrei a carta que outrora destinei a ti, contendo muito de nós e dos outros. A mancha de café no tíquete da passagem, as suas anotações presas ao livro fechado abruptamente e a gaveta aberta expondo ordens de serviço, apresentaram-se como indícios da sua pressa em ir ao meu encontro... Encontro que o destino desastrosamente não permitiu. Escrevo estas poucas e dolorosas linhas, nesta quarta-feira cinzenta, do dia 22 de março.

A cena imaginada acima e registrada em um possível diário, poderá, a princípio, causar estranheza ao leitor. Entretanto, consideremos esse exemplo fictício um ponto de partida para o exercício reflexivo de constituição dos arquivos pessoais, modo de agir que remonta ao século XIX, mas que sistematicamente, impõe-se quase como uma obrigação para os cidadãos a partir do século XX.

A divulgação da existência de acervos pertencentes a notórios cidadãos tem garantido aos arquivos pessoais uma efêmera publicidade, especialmente, quando é realizado o tratamento técnico pela instituição que os custodia, tornando os documentos acessíveis ao público. A possibilidade de ter contato com a maneira de pensar, agir, atuar e viver de políticos, cientistas, escritores, artistas, faz dos arquivos pessoais uma fonte de consulta para a comunidade científica e para a sociedade civil, que buscam explorar o potencial informativo da documentação.

Como a intenção é sempre de enaltecer a figura de determinado titular, as notícias veiculadas pelos meios de comunicação falham por deixar de esclarecer ao cidadão comum que a ação de arquivar documentos não está relacionada exclusivamente a uma única atividade ou posição social assumida pelo indivíduo. Trata-se, portanto, de uma

característica de todos nós, uma vez que assim fazemos em razão da funcionalidade para a qual os documentos foram produzidos.

É fato que no decorrer da nossa vida exercemos atividades e desempenhamos papéis sociais que naturalmente nos levam a produzir, receber e acumular diversos documentos. Nesse sentido, quando voltamos nossa atenção para os arquivos pessoais, deparamo-nos com um volume documental que salvaguardado do esquecimento, apresenta-se como garantia da nossa identidade.

A unicidade que caracteriza esses conjuntos compostos dos mais variados tipos documentais, não se origina da intenção do titular do arquivo. A acumulação acontece de maneira espontânea, de acordo com a trajetória de vida do indivíduo; caso contrário, quando há um propósito particular que orienta a sua composição, não há arquivo.

Sob esse aspecto, Luciana Quillet Heymann ao analisar de maneira aprofundada e crítica a constituição dos arquivos pessoais, contesta a ideia do arquivo como sendo a memória individual do titular na sua forma mais concreta, por compreender que esse conjunto nem sempre é resultado de uma seleção estabelecida pelo titular quanto ao que preservar e de que maneira preservar. Para a pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), durante o processo de organização o titular não é o único envolvido nessa tarefa, especialmente, quando isso ocorre após a sua morte e, portanto, conta com a intervenção de secretários, de herdeiros, e finalmente, do arquivista, caso o acervo seja doado a uma instituição.

Dessa maneira, Heymann é categórica ao afirmar que os arquivos pessoais se constituem a partir de um processo sociológico.

O trabalho com arquivos pessoais tem que levar em conta o caráter arbitrário da configuração de cada um desses conjuntos, dada a independência e variedade das situações em que são gerados e acumulados os diversos documentos que os compõem, além das múltiplas interferências a que estão sujeitos. (Heymann, 1997: 45)

Por reconhecer essa e outras problemáticas envolvidas na organização dos arquivos pessoais, a professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP), Ana Maria de Almeida Camargo, defende que durante o processo de remontagem da “estrutura” originária desse material, o profissional deve descartar os esquemas de ordenação submetidos por vontade de seu titular e/ou de outros ligados a ele. Ao serem avaliados e considerados de caráter permanente, os documentos adquirem valor

secundário, que diferente daquele que os originou e que possivelmente serviu para orientar a primeira ordenação de interesse do titular, este valor será válido para efeitos de pesquisa histórica e testemunho sociocultural e, portanto, implicará num circuito mais abrangente de usuários, quando o arquivo estiver disponível para consulta.

No que se refere às etapas que antecedem o acesso do grande público aos arquivos pessoais sob a guarda de uma instituição, cabe destacar a opinião bastante pertinente de Camargo, quanto à sua classificação.

Se a classificação por fundos é uma operação relativamente clara para os arquivos de instituições, o mesmo não ocorre com os arquivos pessoais, cujas partes não dispõem de limites definidos e cujas funções não vêm descritas por nenhuma autoridade, nem conhecem dimensão de hierarquia ou de especialização (ao menos de forma explícita). A reconstituição da organicidade de tais arquivos, num processo de descrição coerente com o princípio de proveniência, encontra paralelo em certas instituições pouco burocratizadas e com jurisdição imprecisa, onde é preciso estabelecer, a partir de uma perspectiva funcional mediante estudos prévios, as áreas de ação e as atividades que redundam em produção de documentos. (Camargo, 1988: 22)

A fim de compreendermos essa prática, relatamos na sequência as experiências e reflexões decorrentes do trabalho de organização do arquivo pessoal de Maria Cecília Bárbara Wetten (1948-1998) e de Carmela Patti Salgado (1911-1989), acervos que reconhecidos de interesse público, encontram-se sob a salvaguarda do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP).

#### **Fundo Cecília Wetten: da titular à sua organização**

Brasil, agosto de 1977. Noticia-se na imprensa paulista <sup>28</sup> a prisão de uma jovem, ocorrida na madrugada do dia 1º, quando esta na companhia de seu pai buscava recuperar-se de uma enfermidade que lhe abaterá e a obrigará a retornar para Rio Claro (SP), cidade de origem. Na mesma página do periódico, lê-se o relato de pais que tendo os seus filhos presos sob a acusação de participarem de uma organização ilegal, temiam que os mesmos sofressem novas torturas, caso fossem removidos da Delegacia de Polícia Política e Social, no Rio de Janeiro, onde aguardavam julgamento.

Pesarosos do que pudesse vir a acontecer, Américo Wetten e Rosalina Madeira, empenharam-se para garantir auxílio jurídico à filha, que se tornou a vigésima presa

---

<sup>28</sup> Folha de São Paulo do dia 02 de agosto de 1977. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/08/02/2/>>. Acesso em: 23 out. 2014.

acusada de ter filiação ao “Movimento de Emancipação do Proletariado” (MEP) – a mesma organização a qual eram acusados os jovens da notícia anterior. Na cópia da carta endereçada ao advogado José Carlos Dias, a senhora Rosalina, além de demonstrar preocupação com o estado de Maria Cecília Bárbara Wetten, revelou o sequestro a qual foi vítima na véspera da prisão de sua filha, como se evidencia no trecho a seguir:

Declaro que estou muito preocupada com a detenção de minha filha Maria Cecília, porque passei por muitos ‘vexames’ no Rio de Janeiro [...]. Imagine o sr., Dr. José Carlos, o terror, o medo, a tensão nervosa que passei. Peço-lhe, sr. Dr. José Carlos, que interfira por minha filha Maria Cecília, principalmente em dois pontos: primeiro que ela não seja maltratada e não a removam para o Rio. Tenho receio que usem de violência com ela. Creio que fiquei detida até prenderem minha filha, porque se ela foi presa às 2hs. da madrugada e eu fui solta às 4hs., foi uma troca.<sup>29</sup>

Infelizmente, os temores desta e de outras mães foram confirmados. Os dolorosos relatos de tortura produzidos pelos presos políticos, para o historiador Marcos Napolitano, resultam de algo ainda mais repudiável, que estava intrínseco às ações do regime militar brasileiro, na medida em que

A tortura não é apenas uma técnica de extrair informações, mas também uma forma de destruir a subjetividade do inimigo, reduzir sua moral, humilhá-lo. A prisão, o exílio, a derrota pontual não eram suficientes para abalar a moral, quando muito para provocar uma autocrítica e mudança de estratégia de luta. A tortura invade esta subjetividade tão plena de certezas e de superioridade moral para instaurar a dor física extrema e, a partir dela, a desagregação mental, o colapso do sujeito, o trauma do indizível. (Napolitano, 2014: 140)

Registrar essa experiência foi o que fez Cecília Wetten e outros 16 jovens<sup>30</sup>, denunciados no dia 10 de outubro de 1977, pelo Procurador Gastão dos Santos Ribeiro ao Juiz Auditor Mário Moreira de Souza, da 1ª Auditoria da Aeronáutica (RJ), por pertencerem a uma organização que infringia a Lei de Segurança Nacional<sup>31</sup>. Não poupando detalhes das agressões físicas e psicológicas às quais foi exposta nos dias em que ficou incomunicável, e sobre os “cuidados” do DOI-Codi (Destacamentos de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo, a jovem Cecília teve o seu depoimento preservado entre a documentação que consta do

---

<sup>29</sup> Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (APHRC-SP). Fundo Cecília Wetten (FCW). Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Ditadura Militar, Correspondência. Notação: Cx. 01, envelope 15, alçaço 02 (01.15.02).

<sup>30</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Ditadura Militar, Manifesto de repúdio dos 17 acusados de filiação ao MEP. Notação: 01.16.01.

<sup>31</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Ditadura Militar, Auto de denúncia do Procurador Gastão dos Santos Ribeiro contra os supostos 17 membros do MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado. Notação: 01.15.01.



seu arquivo pessoal, como também recuperado pelo Projeto “Brasil Nunca Mais”, organizado pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985. O trecho a seguir, revela em partes o que a titular do fundo vivenciou, logo após a sua prisão em Rio Claro (SP):

Jogaram-me dentro de um carro, na parte traseira junto com o galão de gasolina que expelia cheiro muito forte, e ali mesmo começaram as ameaças [...]. Na entrada de São Paulo, me colocaram óculos especial (com espuma que tirava toda a visão). Assim me levaram a um local desconhecido, que posteriormente, identifiquei como sendo o DOI-Codi II Exército de São Paulo. Lá fui encapuzada, totalmente despida, ao mesmo tempo em que me amarravam panos molhados no pulso e tornozelo. Ai me levaram para uma sala, onde introduziram pinos no meio dos panos amarrados, jogaram água no meu corpo e começaram a me dar choques elétricos e interrogar. Além das torturas físicas me torturaram psicologicamente das mais diversas formas [...]. Me disseram que a tortura é um meio que o governo encontrou para exterminar seus opositores políticos e, portanto, eles estavam ali cumprindo um dever para com a pátria, e que por princípios, me eliminariam da face da terra. Na madrugada do dia 4 de agosto de 1977, vim transferida para o DOI-Codi I Exército do Rio de Janeiro, sito na R. Barão de Mesquita, Tijuca. Algernada com o braço esquerdo no tornozelo e com o direito no de um policial.<sup>32</sup>

Formada em Estudos Sociais<sup>33</sup>, Cecília Wetten não chegou a exercer a licenciatura. Com a sua mudança para a cidade do Rio de Janeiro em 1974, tendo como desculpa um aprofundamento na área, ela passou a colaborar com grupos e organizações que se posicionavam contra o regime militar, o que a fez conhecer pessoas com formação e experiência profissionais bastante distintas. Ivan Valente, hoje deputado federal, era um dos 17 acusados no caso MEP, que se tornou amigo de Cecília e a convidou para participar do jornal *Companheiro*, periódico concebido logo após a anistia do grupo em 1979.

Ao tornar-se membro de um grupo seletivo de dez mulheres que compunham em parte a equipe do *Companheiro*<sup>34</sup>, e que estavam comprometidas com a produção e a edição de artigos e materiais diversos sob a temática mulher, Cecília se dedicou a refletir sobre as vicissitudes presentes no cotidiano de mulheres urbanas, que ao comporem o quadro de funcionários das fábricas paulistas, cada vez mais engrossavam as greves em prol de melhores condições de vida para os trabalhadores. Tal afirmação pode ser

---

<sup>32</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Ditadura Militar, Depoimento de Cecília Wetten. Notação: 01.15.03.

<sup>33</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Série: Recibos de Pagamento da Organização Mogiana de Educação e Cultura. Notação: 01.06.01.

<sup>34</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Jornal *Companheiro*.

comprovada através dos manuscritos existentes, sendo destacados alguns trechos na sequência:

[...] alguns dos problemas que atingem a mulher metalúrgica: remuneração mais baixa para a mulher pelo mesmo serviço desenvolvido pelo homem, o desrespeito à legislação que protege a mulher grávida, burla a lei que não permite o trabalho noturno às mulheres, difícil acesso aos cargos de chefia e profissionalização etc.. É a mulher, em sua maioria, uma desempregada em potencial, ou então, a massa de mão de obra disponível mais barata. É a mulher engolindo pílulas indiscriminadamente através do Programa de Prevenção de Alto Risco, engordando gravidez ao mesmo tempo em que é despedida e vomitando abortos proibidos. Por outro lado, temos visto, desde as primeiras greves de 78, a mulher operária trabalhando nas próprias greves, piquetes, fundos de greve etc., a mulher trabalhadora que semeou e até hoje rega e aduba o Movimento Contra o Custo de Vida, se propondo a uma luta maior. O que já denota os primeiros passos concretos da luta pela emancipação da mulher.<sup>35</sup>

O conhecimento demonstrado por Cecília ao relatar a condição da mulher operária, deve-se não somente ao fato dela entrevistar representantes deste grupo<sup>36</sup>, participar como ouvinte dos eventos organizados para tratar das questões que as afligiam<sup>37</sup>, ou mesmo, ter contato com outros periódicos dedicados ao tema<sup>38</sup>; a sua experiência enquanto militante garantiu-lhe um saber concreto, especialmente porque sua função no MEP consistia em estudar e mimeografar textos e distribuí-los nas portas das fábricas e, eventualmente de se fazer passar por operária para estreitar vínculos<sup>39</sup>.

Com a morte de Cecília Wetten ocorrida no ano de 1998, o seu arquivo pessoal foi doado por sua mãe, Rosalina Madeira Wetten, para Olga Lopes Salomão, que passou a maior parte aos cuidados de Nilson Santos e Elisabete de Lourdes Cristofolletti, todos amigos da titular. A partir do contato com o Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP), o casal decidiu-se pela doação dos documentos, em 18 de fevereiro de 2011, o que motivou Olga Salomão a fazer o mesmo com o material que ainda dispunha, nos meses de fevereiro e dezembro de 2011.

Instituição reconhecida pelo objetivo de resguardar a memória do município e sua gente, bem como pela credibilidade no tratamento técnico empregado na documentação sob sua guarda, o Arquivo mediante a assinatura dos respectivos Termo

---

<sup>35</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 3 – Produção Intelectual. Série: Manuscritos de Cecília Wetten. Notação: 01.09.01.

<sup>36</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 3 – Produção Intelectual. Série: Manuscritos de Cecília Wetten. Notação: 01.08.01.

<sup>37</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Organizações de Movimentos Feministas de São Paulo.

<sup>38</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Jornal Brasil Mulher.

<sup>39</sup> APHRC-SP. FCW. Inventário: Grupo 2 – Formação Profissional e Militância Política, Dossiê Ditadura Militar, Auto de denúncia do Procurador Gastão dos Santos Ribeiro contra os supostos 17 membros do MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado. Notação: 01.15.01.

de Doação, iniciou os trabalhos necessários para garantir a conservação e a classificação dos documentos constitutivo deste referido acervo pessoal.

Durante o processo de identificação do material, contou-se também com os saberes de Olga Lopes Salomão, Nilson Santos, Elisabete de Lourdes Cristofolletti e Ivan Valente, que gentilmente cederam entrevistas para o Projeto “Memória Viva”<sup>40</sup>, e compartilharam relatos das relações estabelecidas com a titular do fundo.

Composto por documentação textual, livros e objetos tridimensionais, o Fundo Cecília Wetten encontra-se em bom estado de conservação, não existindo restrições ao acesso. Quanto ao processo da descrição, adotou-se a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, a Isad (G), que se evidencia a partir do sistema de arranjo organizado em 3 grupos: Vida Privada; Formação Profissional e Militância Política; Produção Intelectual (ANEXO A); e, sobretudo, pelo instrumento de pesquisa disponibilizado aos consulentes.

O inventário como produto final reflete o fato da documentação concentrar-se no período em que Cecília Wetten residiu na cidade de São Paulo, momento posterior à sua anistia, bem como o seu interesse pela temática mulher (destaque tanto no grupo Produção Intelectual, quanto no grupo Formação Profissional e Militância Política, sobretudo, nos dossiês *Jornal Brasil Mulher*, *Jornal Companheiro* e *Organizações de Movimentos Feministas*). Em contrapartida, seu engajamento na militância política encontra-se escassamente documentado, merecendo, contudo, destaque os documentos sobre a sua prisão (dossiê *Ditadura Militar*). O acervo bibliográfico diz respeito à literatura brasileira e à política (período abrangido: 1964-1986).

---

<sup>40</sup> O Projeto “Memória Viva: arte, cultura e história” foi criado em 2009, e faz parte das ações de produção e difusão do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP). Para saber mais, acesse: <http://www.memoriaviva.sp.gov.br/>.



Fundo Cecília Wetten  
Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro (SP)

#### **Fundo Carmela Patti Salgado: intimidade versus interesse público**

Caro leitor, é chegado o momento de transpor para o papel o que há tempos reflito. Admito não saber como, nem tampouco quando este escrito chegará a ti, sendo o nunca também uma possibilidade. A verdade é que esta ação é sentida como uma necessidade, independente de um destinatário. Não quero com isso torná-lo um coadjuvante, mas ao contrário, documentar o quanto somos protagonistas da história.

Sem dúvida, essas não seriam as palavras escolhidas para compor uma carta nos séculos XVIII ou XIX. Resguardada a distância temporal que as separam, é inegável a relevância desse gênero para a expressão de sentimentos, emoções e experiências vividas pelo indivíduo ao longo do tempo. Resultado de uma ação introspectiva, as cartas possibilitaram mudanças essenciais na maneira de se corresponder, revelando que a *escrita de si* faz com que o indivíduo assuma “uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (Malatian, 2013: 195)

Por representar uma parcela dos documentos produzidos e acumulados por homens e mulheres ao longo da vida, a correspondência integra os arquivos pessoais doados ou custodiados às instituições arquivísticas e aos centros de pesquisa e documentação, fato que tem possibilitado o seu acesso pelo grande público.

No que se refere à organização dessa série documental, etapa que antecede a disponibilidade de acesso, destaca-se o estudo no qual as cartas são confrontadas a outros

documentos pertencentes ao titular do arquivo, objetivando garantir com a classificação e a descrição esclarecimentos para o consulente sobre o contexto de produção desse conjunto. Tarefa que é enriquecida com a preservação da correspondência ativa e passiva do titular. Na outra ponta desse trabalho, encontram-se os profissionais negociando com familiares a exposição da imagem do titular, discutindo parâmetros e por vezes, restrições de acesso; equilibrando-se entre o dever profissional e o direito à intimidade do indivíduo.

Reconhecendo as possíveis problemáticas envolvidas na atividade de organização da correspondência de um arquivo pessoal, apresenta-se nesse artigo o trabalho em andamento com o acervo de Carmela Patti Salgado (1911-1989). Cidadã natural de Taquaritinga (SP), Carmela Patti tornou-se uma pessoal pública ao se casar com o líder político e escritor Plínio Salgado, posição que manteve mesmo após o falecimento de seu cônjuge. De gestos tranquilos e serenos, a Sra. Carmela transferiu para o Arquivo do Município de Rio Claro a documentação que lhe pertencia, bem como foi doadora do material que constitui o fundo Plínio Salgado (Costa, 2004: 7-9).

Intimamente relacionados, os arquivos pessoais do casal Salgado apresentam-se como um desafio à prática arquivística. Tendo exercido funções públicas, os respectivos titulares não negligenciavam a importância dos documentos como subsídio para a construção de uma imagem de si, o que nos leva a considerar ações como a seleção do que deveria ser preservado, bem como o descarte daquilo que não deveria ser divulgado, promovidas por ambos. Nesse sentido, elegemos as cartas de Carmela Salgado endereçadas aos seus entes queridos, como fonte privilegiada para o questionamento de condutas preestabelecidas e reflexões quanto ao direito à intimidade dos titulares.

### **Da conduta pública ao convívio privado**

Brasil, década de 1930. Incertezas e conflitos ideológicos marcaram o cenário político desse período da história do nosso país, que se iniciou com uma revolução para por fim a uma estrutura republicana constituída desde 1889, que expressivamente defendia os interesses de poderosas oligarquias.

Sob esse clima de efervescência e disputas no campo político, emergiram projetos radicais e mobilizadores que buscavam envolver a sociedade com a ideia de mudanças. As principais propostas deste tipo foram defendidas pela Aliança Nacional Liberal (ANL)

e a Ação Integralista Brasileira (AIB), que segundo os estudiosos desse período, apresentavam-se como movimentos que tinham críticas profundas aos preceitos liberais da República Velha e também dos descaminhos da Revolução de 1930.

Chefe supremo do movimento integralista, Plínio Salgado teve a sua liderança reconhecida no I Congresso Nacional, realizado em Vitória (ES), no ano de 1934. Defensor dos valores cristãos da família e da importância da mulher para fortalecimento do integralismo, Plínio Salgado casou-se com Carmela Patti, em abril de 1936, depois de uma prematura viuvez de seu primeiro casamento com Maria Amélia Pereira.

Filha de proprietários de terras de Taquaritinga (SP), Carmela Patti antes mesmo do matrimônio demonstrava estar envolvida com os ideais do movimento. Presidente do Departamento de Arregimentação Feminina do núcleo integralista de sua cidade, ela se tornou exemplo da conduta que uma mulher integralista deveria portar; imagem que fora reforçada com as suas ações públicas após o casamento, na companhia ou não do marido.

Tendo cursado o internato do Colégio São Carlos, em São Carlos (SP), a Sra. Carmela adquiriu formação profissional para exercer o magistério na escola normal e de comércio, logo que retornou a sua cidade. Atividade da qual se afastou, para acompanhar Plínio Salgado nas ditas “peregrinações cívicas, quando pregava as ideias integralistas por todo o território nacional”<sup>41</sup>. Questionada na década de 1980, sobre a função da mulher na sociedade, foi enfática ao afirmar que

A missão principal da mulher é, evidentemente, a de mãe, pois está em suas mãos a construção de um ser humano, sendo ela que, verdadeiramente plasma o caráter de seu filho e lhe implanta no âmago os princípios eternos do bem, fazendo-o abominar todas as formas do mal. Portanto, na realidade, a ordem social repousa nos ombros da mulher e sua influência é a mesma em toda parte. Em todos os países, os costumes, as maneiras e o caráter do povo dependem dela. Quando depravada, a sociedade é depravada; quando é pura e moralmente ilustrada, mais pura e ilustrada será a sociedade. A História é pródiga em atestar semelhante assertiva<sup>42</sup>.

Posicionamento que não é abalado mesmo ao se declarar partidária do movimento feminista, sobretudo “quando pugna para que a mulher adquira maior

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

<sup>42</sup> Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

instrução, mais conhecimento. Mas essa instrução e esse conhecimento tem um canal para expandir-se: a formação dos filhos”<sup>43</sup>.

O momento no qual essas declarações públicas foram dadas, definindo a posição da mulher na sociedade a partir dos princípios integralistas, também evidencia a conduta política assumida por Carmela Salgado quanto à construção da imagem do seu marido. Detentora do direito sobre o arquivo pessoal de Plínio Salgado, ela foi contrária à ideia de criar uma áurea sagrada entorno deste, como desejavam seus correligionários. A decisão de doar ao Arquivo do Município de Rio Claro, entre os anos de 1982 e 1987, demonstrou a sua intenção de colocar a documentação à disposição dos interessados para que a história fizesse seu julgamento, como justificou na época (Costa, 2004: 7-9).

Ainda sobre o tema mulher, podemos considerar que este não era pensado apenas para responder a questões formuladas por outrem. Em carta, datada de 1957, a qual a Sra. Carmela endereça ao seu irmão Páscoal e a sua cunhada Inês, lemos expressamente o que a incomodava e representava uma ofensa as suas convicções com relação à vida conjugal.

Esta carta vae escrita para os dois, porque sendo Vocês casados em comunhão de bens, não devendo haver entre ambos reservas mentais, pensamentos ocultos ou segredos em assunto de negócios. Nada mais decepcionante para a esposa do que ao cabo de anos de vida em comum ter conhecimento por linhas travessas do quanto foi ludibriada na sua boa fé. É doloroso! A mulher é sócia do marido no trabalho, nas lutas diárias, porque enquanto ele ganha o dinheiro lá fora ela o defende dentro do lar, zelando pela manutenção da família, pela economia doméstica; óra si ela é sócia no trabalho porque ocultar-lhe o resultado desse trabalho que diz respeito ao patrimônio de ambos e dos filhos? Essa é uma tese em que a religião católica é clara e Vocês podem calcular quanto me confortou ver meu ponto de vista expandido nos vários compêndios que compulsei<sup>44</sup>.

Apesar do objetivo desta carta ser outro, que contribui para refletirmos a respeito de uma conduta pragmática de Carmela Salgado a respeito dos negócios familiares, é certo que esta também apresenta indícios que se confirmam, quando analisamos outra carta endereçada aos mesmos, datada de novembro de 1959.

É intenção minha mandar procuração ao Dr. Pimenta de Castro. Si não o fiz ainda é porque estou tentando obter de Plínio Salgado a separação de nossos bens, em cartório. Como sabem, somos casados em comunhão de bens; deante de certas ocorrências nestes últimos anos de vida conjugal que me tem abalado estruturalmente, inclusive em minhas convicções religiosas, tomei fria e conscientemente essa deliberação. Não quero levar ao conhecimento da

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.

<sup>44</sup> Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1957. Acervo Carmela Patti Salgado.

família desilusões e amarguras porque nunca encontrei junto aos meus audiência, compreensão ou ressonância e, em se tratando de problemas pessoais, resolverei sosinha o que diz respeito à minha própria vida, sem transferir para os ombros de terceiros a responsabilidade de minhas futuras decisões <sup>45</sup>.

Se nesta, a remetente não reconheceu abertura para tratar com os missivistas das suas “desilusões e amarguras”, foi com Maria Amélia Salgado, filha do primeiro casamento de Plínio Salgado, que a Sra. Carmela demonstrou liberdade para tratar do caso extraconjugal vivido por seu marido nos anos de 1950, assim como lançar luz para o que parecia impensável a uma mulher de princípios católicos: a separação. Este último tema aparece diluído em outra carta do mesmo ano.

Com a relativa inteligência que Deus me deu, compreendo os imponderáveis de ‘certas cousas’ por isso pergunto-lhe: tem alguém o direito de se constituir, voluntariamente, obstáculos a ‘certos aneios’? Deante dos dados concretos que não tem falta (e muitos...) deante das cenas desenroladas nesta casa, testemunha e palco de episódios dolorosos para a sensibilidade de qualquer mulher, mesmo ‘terra à terra’, a creatura ainda que primária estabelece raciocínio e tira conclusões. A minha presença, hoje, afasta aqueles com quem Plínio Salgado gostaria sobretudo de conviver pela afinidade eletiva de seus espíritos, pela sintonia das mesmas aspirações idealísticas e políticas. Si dada a intransigência da minha atitude que a dignidade de qualquer ser humano justifica de sobejo, afugento essas ‘convivências amáveis’, por que permanecer num posto presa a superadas conveniências de família e contravertidos preconceitos religiosos? Tudo o que a Igreja Católica creio para coartar a liberdade humana não passa conforme se observa (e já domínio público) pela controvérsia que lavra no seio de cânones superados. Deus é espírito puro e conhece, em profundidade e extensão, as ‘razões de espírito’ das creaturas que fez à Sua imagem e semelhança. Por que censurar aqueles ou aquelas que rompem com um passado de conveniências e preconceitos e libertam o espírito do próximo para uma vida mais consentânea com seus íntimos aneios? Infeliz do homem que tem, pela vida toda, estar acorrentado a uma mulher medíocre, que traz a casa limpa, encerada, a mesa bem posta, sem capacidade, no entanto, para varrer do espírito do cônjuge o pó do tédio ou as manchas da melancolia e sem capacidade de criar motivos novos de interesse na vida de ambos <sup>46</sup>.

Assuntos silenciados, uma vez que o adultério não figura em nenhuma outra fonte, e quando questionada sobre o divórcio e o amor livre, Carmela Salgado declarou que “o que Deus une, o homem não pode separar”, sendo o amor livre uma degradação do ser humano, “rebaixando-o ao nível de animal irracional” <sup>47</sup>. Outro ponto a considerarmos é a posição pública de Plínio Salgado nesse momento, pois “a revelação

---

<sup>45</sup> [s.l.], novembro de 1959. Acervo Carmela Patti Salgado.

<sup>46</sup> Rio, 15 de dezembro de 1959. Acervo Carmela Patti Salgado.

<sup>47</sup> Entrevista concedida a Sonia Maria Alem Marrach, [198-]. Acervo Carmela Patti Salgado.



do seu adultério poderia resultar em um verdadeiro terremoto político, eliminando as poucas chances que ele tinha de ganhar o apoio católico” (BERTONHA, 2013: 69).

Com a inauguração de Brasília, em abril de 1960, o casal Salgado apressou-se em mudar para a nova capital do país. Eleito deputado federal pelo Paraná nas eleições de 1958, Plínio Salgado desejava estar junto aos seus pares, ou, onde mais fosse preciso para garantir as articulações políticas. Resignada a acompanhar o marido, a Sra. Carmela buscou através das cartas, registrar suas impressões desse novo lar, reconhecendo no que via a possibilidade de mudar os seus dias. Assim, destaca-se a correspondência endereçada a Maria Amélia Salgado, do ano de 1960.

Só quem tem capacidade de renúncia ou alta dose de coragem pode vir morar em Brasília. Isto é teste de resistência interior. Tudo convida a fugir d’aqui: a solidão, o silêncio, a distância, as dificuldades de manutenção de vida numa cidade improvisada, a monotonia e insipidez da paisagem [...]. Quando a gente que vae sucumbir a voz da consciência lembra ‘o dever de estado’ e então a gente reage, se refaz em novos propósitos e continua resistindo. A vida em Brasília é ato de resistência renovado diariamente.

Comecei a analisar a minha situação, as decepções que marcaram a minha vida de mulher casada nestes últimos anos e que provocaram minha ruína interior e sob os destroços de todas as minhas ilusões perdidas e do imperativo desse ‘presente’ que cai numa apatia que foi minando o meu espírito e entorpecendo minhas horas. Para combater essa morbidez resolvi não olhar mais para dentro de mim, para o que eu era, mas para fora de mim, para o que ainda eu poderia vir a ser. [...] Na paisagem clara e curva do planalto a poeira e o candango. As duas constantes. Olhei para o candango. Por toda a parte a gente os vê: nas construções, nos parques, nos jardins, nas ruas, nas estradas. O construtor anônimo de Brasília [...]. Quando a minha melancolia foi se acentuando, minando a alma e destruindo as minhas resistências interiores, foi para eles que olhei. E diante deles senti-me inferior e pequena, egoísta e má. Para espantar as tristezas encher o tempo resolvi trabalhar para eles que nada me solicitaram. Espontaneamente. À medida que fui conhecendo as senhoras de Brasília, falei-lhes na obra social que poderíamos realizar. A ideia despertou interesse. Fui conquistando uma a uma. Nasceu a instituição do candango [...] (grifo da autora) <sup>48</sup>.

Líder nata, Carmela Salgado foi responsável não apenas por estruturar a “Casa de Candango”, como ficou conhecida a entidade assistencial de atendimento a população que havia migrado para Brasília durante a sua construção; mas também foi uma das idealizadoras da “Ação Social do Planalto”, outra entidade voltada exclusivamente ao atendimento de adolescentes e jovens, com atividades iniciadas em 1963.

Estar à frente de trabalhos socioassistenciais exigia uma conduta pública livre de escândalos e constrangimentos, o que nem sempre era possível na companhia do seu marido. Em 4 de fevereiro de 1961, por exemplo, a Sra. Carmela embarcava com Plínio

---

<sup>48</sup> Brasília, 6 de agosto de 1960. Acervo Carmela Patti Salgado.

Salgado para uma viagem aos Estados Unidos. Já no avião, fez as seguintes anotações em sua caderneta:

Talvez o esgotamento da noite diluviana, talvez o excesso de álcool (do qual vem abusando a ponto de ser comentário não só na família como entre os amigos), o fato é que ele, tanto em casa quanto no aeroporto falou alto, gesticulou descontroladamente, gritou meu nome a bordo a torto e a direito e deu show, pondo a nua a sua falta de classe e perdendo a linha em público. Cenas como essa tiram o prazer da viagem e acompanhá-lo se torna mortificação [...] <sup>49</sup>.

Tal escrito não é revelador de algo íntimo, uma vez que muitos contemporâneos, incluindo simpatizantes, já mencionaram o vício de Plínio pela bebida. O que é compartilhado intimamente trata-se do desejo de Carmela Salgado em deixar de ser uma pessoa pública, como evidencia a carta destinada a sua mãe, Maria Pagliuso Patti, escrita em outubro de 1961.

Quando, porém, chega o sábado e domingo, o 'banzo' toma conta de mim. É o que está acontecendo hoje. Então, vem a saudade de outrora, vem a lembrança do Papae e todo o passado, aparentemente morto, renasce violento, agita o meu mundo interior e me deixa com um saldo de sofrimento e insegurança. Porque a minha vontade é voltar para trás. É retomar o fio daquele passado interrompido pelo entusiasmo inconsequente e irresponsável da juventude e acabar os meus dias no anonimato da vida comum a qualquer mortal. Estou cansada de vida de exceção <sup>50</sup>.

A atitude da Sra. Carmela ao doar o seu arquivo pessoal a uma instituição pública nos anos de 1980, pode ser considerada como uma demonstração de reconhecimento da sua atuação pública ao lado de uma figura política preocupada em salvaguardar a imagem que buscou construir na esfera de atuação profissional, como bem se observa nos documentos que compõem o fundo Plínio Salgado. Ao mesmo tempo, gerou para os responsáveis envolvidos no processo de organização do seu acervo, discussões e questionamentos referentes à divulgação de documentos, como as cartas destinadas aos familiares, que expõem a intimidade da titular.

Em observância ao artigo 37, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que restringe o acesso pelo prazo máximo de 100 anos a contar da data de produção do documento, para as informações pessoais com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, trabalhamos a série correspondência do fundo Carmela Patti Salgado, compreendendo que os limites para a disponibilidade de acesso,

---

<sup>49</sup> Caderneta de anotações. Acervo Carmela Patti Salgado.

<sup>50</sup> Brasília, 2 de outubro de 1961. Acervo Carmela Patti Salgado.

não interfere subjetivamente na construção da imagem de si, mas respeita a um procedimento legal.

Quanto à execução prática da atividade de organização da correspondência, estabeleceu-se como primeira etapa, mapear as redes de sociabilidade nas quais a titular se insere e os vínculos existentes entre os correspondentes, o que tem contribuído para compreendermos a inserção social da remetente no âmbito da sua vivência. O volume de cartas endereçadas a cada um dos correspondentes, somada a periodicidade e a regularidade das trocas, permitirão visualizar a rede em funcionamento, bem como definir etapas que exigirão a análise do conteúdo das cartas, objetivando a classificação, indexação e descrição das mesmas.

Indisponível para consulta ainda hoje, o fundo Carmela Patti Salgado não foi negligenciado pela equipe do Arquivo do Município de Rio Claro, sobretudo quando consideramos que o volume de trabalho de uma instituição pública supera em muito o número de funcionários envolvidos com as atividades da Divisão de Arquivo Permanente. Essa breve exposição comprova o nosso respeito à história e à memória da Titular.



Plínio Salgado e Carmela Patti Salgado  
Fonte: Fundo Plínio Salgado

### **Considerações finais**

Trabalhar na organização de arquivos pessoais salvaguardados por instituições públicas apresenta-se como um prazeroso e não menos pujante desafio profissional. O fascínio exercido pelos documentos pessoais é algo inegável para aqueles que assumem o compromisso de organizar e garantir acesso às fontes dessa natureza, especialmente,

quando o titular do arquivo trata-se de alguém de notória expressão política, social ou literária.

Contextualizar os documentos que compõem um acervo pessoal ante a funcionalidade que tiveram para quem os acumulou, torna-se uma atividade de muita atenção e cuidado, sobretudo, para não ultrapassar a linha tênue que separa a tarefa do arquivista e o trabalho do historiador. A missão reside em restaurar a organicidade do conjunto sem a interpretação dos documentos.

Entretanto, cabe-nos aqui ressaltar que a ideia da construção da imagem está diretamente relacionada com o nosso entendimento de que o arquivo pessoal não é um discurso pronto, nem tão pouco a verdade do titular. Discurso que é construído a partir da análise do conjunto articulado de documentos que constitui o acervo; sendo a etapa de organização reconhecida como um ponto de partida para esse trabalho.

A problemática envolvendo intimidade versus interesse público também é algo permanente. Admitida a relevância que esses conjuntos documentais obtiveram enquanto fonte de pesquisa, possibilitando infinitas abordagens e olhares pelos pesquisadores, a ação de disponibilizar o seu acesso está para além de garantir incentivos à pesquisa, mas antes, em atender o direito à informação, assegurado constitucionalmente.

Proceder de acordo com a legislação que rege a nossa sociedade, obriga-nos à observância de outro dispositivo, no qual se tem reservado o direito à intimidade da vida privada, reconhecendo como sigilo a ser respeitado tudo o que envolver a vida sentimental, conjugal e familiar do cidadão. As escolhas pessoais por não seguir a nenhum padrão objetivo, devem ser preservadas quanto à sua publicidade.

Em suma, o presente artigo busca contribuir a partir do registro de experiências bastante particulares, para um debate que se faz necessário e sempre atual, da defesa e do reconhecimento dos arquivos pessoais enquanto arquivo. Assumindo a responsabilidade de identificar, classificar e divulgar acervos de interesse público.

## Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063/1202>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Arquivística:** objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivística de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BERTONHA, João Fábio. O Fundo Carmela Patti Salgado: um outro olhar sobre o integralismo. In: CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; DOTTA, Renato Alencar (org.). **Dos papéis de Plínio:** contribuições do Arquivo de Rio Claro para a historiografia brasileira. Rio Claro: Oca Editora, 2013. p. 59-71.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Edição extra.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. **Arquivo:** Boletim Histórico e Informativo, São Paulo, n. 1, p. 21-24, 1988.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística:** segunda edição, adotada pelo Comitê de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2066/1205>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

COSTA, Regina Helena Moreira Riani. O Fundo Plínio Salgado em Rio Claro. In: DOTTA, Renato Alencar (Org.). **Integralismo:** novos estudos e reinterpretações. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 2004, p. 7-9.

GARCIA, Maria Madalena A. de M. Machado. Os documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2070/1209>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069/1208>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2013, p. 195-221.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do nacional-estadismo:** do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 39-61.

HEYMANN, Luciana Quillet. Introdução, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041/1180>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PERROT, Michelle. Introdução. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, George (org.). **História da vida privada.** São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, 1991, p. 9-13.

POSSAS, Lidia Maria Vianna. O estudo da correspondência: invenção e representação na escrita auto referencial: a militância integralista (1932-1938). **Arquivo Rio Claro**: revista do Arquivo do Município de Rio Claro, Rio Claro, n. 2, p. 89-111, 2004.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064/1203>>. Acesso em: 28 abr. 2016.